

As associações: uma alavanca para o desenvolvimento local

António Maria Ferreira Cardoso,
ESA, IPVC (Viana do Castelo)
Email: antoniocardoso@esa.ipvc.pt

Resumo: num mundo cada vez mais globalizado e regulado não só por instâncias nacionais estatais mas também por entidades supra-estatais e corporações transnacionais, podemos questionar qual o espaço e a eficiência das cooperativas, associações e movimentos em torno do desenvolvimento local. Mais, importa saber em que medida, tais entidades, ao potenciar os recursos endógenos e, eventualmente, ao captar recursos exógenos, representam formas de desenvolvimento das comunidades em contexto local, designadamente rural.

Tendo presente esta questão, foi seleccionado como estudo de caso o concelho de Barcelos, para o que é feita uma caracterização das diversas formas associativas, identificando para tal a sua natureza jurídica, as suas especificidades, diversidades e multifuncionalidades. Neste quadro damos conta dos resultados de um inquérito e de entrevistas mais aprofundadas levadas a cabo junto de actores individuais e colectivos pertencentes a organizações institucionais e não institucionais, nomeadamente juntas de freguesia, associações sem fins lucrativos e organizações de solidariedade social mais conhecidas vulgarmente por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), para além de outras mais de carácter recreativo e desportivo a nível de freguesia. Desta forma, permitir-nos-á fornecer um retrato em termos descritivos e, na medida do possível, interpretativos e analíticos, do estado da situação e, em especial, das percepções e representações dos seus responsáveis sobre as necessidades, os problemas e as aspirações, quer dos seus associados/utentes/destinatários/beneficiários, suas funções e actividades consoante o respectivo tipo de entidade do ponto de vista jurídico-político e social.

A nível de poder local, para além do papel mais proeminente da Câmara, é a Junta de freguesia a entidade que é incumbida da defesa dos interesses e da resolução de problemas relativos a infraestruturas, equipamentos sociais e culturais, para além de outras funções de atendimento mais personalizado aos cidadãos residentes na freguesia. Porém, concluiu-se que as associações e demais entidades intermédias, para além de aproveitamentos particularistas, comportam dinâmicas locais de desenvolvimento em favor das populações.

1. Introdução

Apesar de paradoxal, é crescente o interesse no desenvolvimento de áreas rurais na Europa, quando todo o modelo de economia dominante se tem orientado no sentido de deslocalizar as pessoas do campo em direcção às cidades, quer em migrações internas, quer em emigrações. Com ritmos diferentes, as sociedades modernas ocidentais induziram mudanças que têm afectado as áreas rurais europeias. As migrações em direcção aos centros industrializados e urbanizados tiveram como consequência o abandono de práticas agrícolas tradicionais e a desertificação, quer física, quer humana. O desemprego e a diminuição do rendimento têm sido também mazelas deixadas por esses processos de mobilidade geográfica, geralmente imperativa na procura de melhores sustentos económicos dos agregados familiares e das comunidades rurais.

Num mundo cada vez mais globalizado e regulado não só por instâncias nacionais estatais mas também por entidades supra-estatais e corporações transnacionais, podemos questionar qual o espaço e a eficiência das cooperativas, associações e movimentos em torno do desenvolvimento local. Mais, importa saber em que medida tais entidades, ao potenciar os recursos endógenos e, eventualmente, ao captar recursos exógenos, representam formas de desenvolvimento das comunidades em contexto local, designadamente rural. Ou seja, mais precisamente, importa saber **em que medida as instituições, colectividades e associações contribuem para o desenvolvimento local; em que medida o fazem em prol das populações e, se tais organizações e iniciativas se limitam a reproduzir o *statu quo* a favor de determinados grupos, ou se representam um corte com o *statu quo* e em que medida uma ou outra estratégia beneficiam ou não as populações.**

Tendo presente esta questão, foi seleccionado como estudo de caso o concelho de Barcelos, pelo que é feita uma caracterização das diversas formas associativas, identificando para tal a sua natureza jurídica, as suas especificidades, diversidades e multifuncionalidades. Neste quadro damos conta dos resultados de um inquérito e de entrevistas aprofundadas levadas a cabo junto de actores individuais e colectivos pertencentes a organizações institucionais e não institucionais, nomeadamente juntas de freguesia, associações sem fins lucrativos e organizações de solidariedade social mais conhecidas vulgarmente por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), para além de outras mais de carácter recreativo e desportivo a nível de freguesia. Esta caracterização permitir-nos-á fornecer um retrato em termos descritivos e, na medida do possível, interpretativos e analíticos, do estado da situação e, em especial, das percepções e representações dos seus responsáveis sobre as necessidades, os problemas e as aspirações, quer dos seus associados, quer dos utentes, destinatários ou beneficiários, suas funções e actividades consoante o respectivo tipo de entidade do ponto de vista jurídico-político e social. Nesta vertente trataremos a relação entre associações, estado e mercado e o papel de cada um nos processos de desenvolvimento, o que convida simultaneamente a ver as diversas articulações entre estes três pilares ou polos de acção. Um primeiro binómio interliga-se com a relação entre comunidade ou sociedade e Estado, seguindo-se uma outra que incide sobre a relação Associação, Cultura e Estado e, por fim, o papel do Estado no que concerne às políticas sociais em meio rural.

As questões relativas ao desenvolvimento local e, em particular, ao desenvolvimento local rural convoca-nos a fazer dois exercícios: um primeiro mediante uma breve reflexão em torno de teorias que na área das ciências sociais, em particular na economia e na sociologia, têm sido avançadas sobre o desenvolvimento e, seguidamente, um segundo, trazer à discussão alguns resultados empíricos obtidos no quadro duma investigação em curso.¹³

¹³ Esta comunicação insere-se e é parte integrante de uma investigação sobre “Desenvolvimento local: virtualidades e limites - o caso do município de Barcelos”, investigação esta financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa POCTI, e conducente à obtenção de doutoramento na Universidade Complutense de Madrid.

2. O desenvolvimento: diversidade de perspectivas

Desde a emergência das teorias liberais clássicas no século XIX até aos anos 70 do século XX predominou em torno do desenvolvimento uma concepção evolucionista e linear que se centrava mais no crescimento económico. Esta concepção, alimentada pela racionalidade dominante da economia liberal, partia do pressuposto de que o mundo caminharia para um crescente progresso e consumo em que a lei da oferta e da procura encarregar-se-ia de proporcionar um relativo equilíbrio económico e social.

Perante o processo de desintegração e de crise provocadas nas sociedades agrárias tradicionais pela moderna sociedade industrial, a que as teorias clássicas liberais não davam saída, surge, durante o período de depressão dos anos 20 e 30, um novo esforço de teorização, cujo expoente máximo é Keynes (*in* Huisman, 1983). Este, discordando do modelo socialista, visava sobretudo apresentar uma alternativa à doutrina liberal do *laissez faire*, contestando a ideia da concorrência perfeita, bem como o pressuposto da obtenção automática do equilíbrio e da otimização da utilização dos recursos nomeadamente da força de trabalho através da lei da oferta e da procura. Essa alternativa consistia em estabelecer algumas condições necessárias à obtenção do pleno emprego a través duma maior intervenção do Estado na utilização da mão de obra disponível em infraestruturas e obras públicas. Estas medidas não punham em causa o princípio das liberdades nem alteravam obviamente a natureza da ordem económica.

Os autores que mais se destacaram, a partir dos anos 50, em elaborar uma teoria do crescimento e da modernização para países e regiões em situação de atraso e subdesenvolvimento foram Rostow (1964) e Hoselitz (1982). Para se tornarem desenvolvidas, tais regiões e países deveriam assumir como modelo os países ocidentais nomeadamente os Estados Unidos e, por isso, deveriam percorrer as diversas fases desde o arranque até à fase da sociedade da abundância. Nesta perspectiva apresentam-se como positivas, não só as vantagens comparativas da divisão internacional do trabalho, assim como as trocas comerciais entre regiões desenvolvidas e regiões e países subdesenvolvidos. Estes, sendo obrigados a produzir certos bens em função das necessidades e culturas comerciais dos países centrais (*cash crop productions*), seriam favorecidos pelo investimento de capital e pela transferência de bens, serviços e conhecimentos provindos dos países e regiões desenvolvidas. Os defensores neoliberais do crescimento económico (Reyes *et al* 1995, Rostow 1964, Hoselitz 1982) sustentam que, se numa primeira fase de acumulação de riqueza, surge uma certa desigualdade económica e social, logo seguir-se-á uma outra com efeitos 'igualitários' e, portanto, diminuição de desigualdades. Esta corrente assume que as mudanças, em vista ao processo da modernização, são favoráveis à população no seu todo, não diferenciando quais os grupos sociais e regiões que mais ganham ou perdem com tal processo.

Com estes impactos esperam os teóricos modernizadores, nomeadamente através de determinadas elites económicas (*entrepreneurs*), religiosas e sobretudo políticas que se operem mudanças nas atitudes e nos valores, passando de relações particularistas em base parental ou patrocinal para outras de carácter universalista, assentes na motivação

pela aquisição e no empenhamento pessoal em vista à (auto)realização pelo mérito (cf. Parsons 1988, Rostow 1964, Hoselitz 1982). Na sequência desta concepção, enquanto as associações se ocupariam na defesa dos interesses particulares, ao Estado caberia a eminente função de salvaguardar o interesse geral, sendo esta uma variante de uma 'velha' ideia liberal. Para estes teóricos, progresso e desenvolvimento são assim entendidos como um assunto técnico e eficazmente traduzível em índices de crescimento económico.

Após décadas em que se constatava que estas teorias não conseguiam fazer face à crise proveniente de 1929 e, muito menos, diminuir os fossos das assimetrias mundiais e regionais, diversos autores como Seers (1969) e Myrdal (1974) começaram por criticar determinados pressupostos (neo)liberais e a arquitectar uma visão alternativa que fosse mais consentânea com os problemas concretos dos países e regiões subdesenvolvidas (atraso, exclusão social, desemprego, discriminação étnica). Ora, uma tal perspectiva reformadora exigiria uma acção mais interventiva dos países ocidentais em moldes diferentes dos teóricos (neo)liberais da modernização e, sobretudo, por parte dos Estados dos países em vias de desenvolvimento, uma programação institucional, capaz de corrigir os enviesamentos e as distorções das regras da própria economia de mercado. E é neste sentido que esta nova escola foi designada de (neo)institucional.

Com efeito, para Myrdal (1974) o desenvolvimento, para além da transferência de capital e tecnologia, exige a ponderação de factores ético-políticos na resolução dos problemas do subdesenvolvimento de países e regiões. O conhecimento tem um significado diferenciado conforme o actor social (instituição estatal, doador de subsídio, funcionário, 'beneficiário' camponês ou outro) e, especificamente do ponto de vista do teórico neoinstitucional, é um instrumento fundamental para possibilitar um intervencionismo reformista a partir das instâncias estatais. Por outro lado, esta escola realça a importância dos recursos humanos e organizacionais, de modo que os grupos sociais em desvantagem se organizem por si próprios a fim de poderem melhorar as suas condições de vida no quadro estabelecido.

Foi também sobretudo a partir dos anos '60 que começou a ganhar corpo uma nova visão crítica que, também com base em estudos concretos designadamente em países da América Latina, vieram a demonstrar que as causas do subdesenvolvimento dessas regiões e países estavam estreitamente interligadas com o desenvolvimento dos países do centro desde a época da colonização ocidental, ou seja, a partir da expansão do capitalismo mercantil nos séculos XV-XVI, sendo de salientar, entre outros, os defensores das teorias da dependência e do centro-periferia elaboradas respectivamente por Frank (1961, 1979), Cardoso e Falleto (1970) e Wallerstein (1990).¹⁴ Segundo estes

¹⁴ Ainda que não seguida de modo linear, a principal fonte teórica de inspiração destes autores foi sem dúvida o marxismo e sobretudo a teoria do imperialismo desenvolvida nomeadamente por Lenine (1971) no início do século XX, segundo o qual o imperialismo constituiria uma nova etapa do capitalismo. A situação de troca desigual entre extracção de matérias primas dos países subdesenvolvidos e a venda de produtos manufacturados pelos desenvolvidos e o controlo político (neo)colonial bloqueariam o desenvolvimento e, por isso, a única via possível do desenvolvimento seria o socialismo.

autores, neste processo estabelece-se estruturalmente uma *troca desigual* entre regiões, populações, aldeias, comunidades e grupos sociais envolvidos na medida em que, enquanto uns percorrem processos e ritmos acelerados de desenvolvimento e de acumulação, outros arrastam-se lentamente num processo de diferenciação e exclusão socioeconómica que dificulta ou até impossibilita o acompanhamento dos ritmos e exigências do desenvolvimento das zonas mais “integradas”.

Segundo estes teóricos, quer no estudo das próprias sociedades centrais, quer no estudo, sobretudo por parte de antropólogos, das sociedades indígenas e periféricas nomeadamente da Austrália, da África, da Ásia e da América Latina, a maior parte dos estudiosos denotava uma visão etnocêntrica e europocêntrica, a qual vinha de encontro às estratégias de incorporação e dominação de economias e sociedades tradicionais por parte das potências (neo)coloniais.

Para certos defensores da teoria da dependência e do centro-periferia, esta não se aplica apenas a nível mundial, mas também a nível nacional, regional e local, sendo necessário tê-la em conta no âmbito do desenvolvimento regional e local. Outros, porém, por considerarem, para além da falência da teoria económica convencional na resolução das assimetrias regionais e locais, que a teoria do centro-periferia é determinista e inadequada para fornecer um programa de inversão das desigualdades territoriais, económicas e sociais, pugnam pelo modelo territorialista centrado no desenvolvimento local e regional, um modelo que destacar-se-ia como autónomo em relação aos demais. Assim, embora ainda em fase de certa indefinição e ambiguidade, vários autores têm sustentado que o modelo territorialista ou de desenvolvimento local pode afirmar-se como um modelo alternativo aos modelos acima referidos.

O modelo territorialista parte do pressuposto que o desenvolvimento e a satisfação das necessidades da população passa pela mobilização das potencialidades endógenas das respectivas regiões e, em particular, das pessoas associadas e envolvidas no próprio processo de desenvolvimento local, apelando assim a um desenvolvimento pela base¹⁵), ou seja, com o empenhamento das pessoas e das associações locais para o desenvolvimento. Nesta perspectiva vários investigadores, entre os quais, Amaro (1991) e Reis (1992) analisam o *local* como uma dimensão duplamente relacional. Para que tal processo seja exequível e eficaz importa obter, como referem Reis (1994), Pérez *et al.* (1994), um determinado limiar de densidade demográfica, para além da dimensão técnico-económica, institucional e humana, dimensões essas necessárias ao sucesso do processo de desenvolvimento, para qual poderão contribuir vários tipos de entidades desde as oficiais como autarquias até às cooperativas e associações locais. É também nesta óptica que autores como Giménez (1996), Hoven *et al.* (1996), Lowe *et al.* (1997) têm destacado a importância da formação de redes, procurando assim superar a velha dicotomia entre modelos endógenos e exógenos. Além disso, é também na base da construção de redes locais, aliada às facilidades de transportes e telecomunicações e demais tecnologias da informação, que, tal como o demonstram algumas experiências

¹⁵ Cf. (Lima 1986, Figueiredo 1988, Marques e Portela 1994, Cristóvão 1997, Cristóvão *et al.* 1994, Puerta 1995, Moreno 2007)

nomeadamente na Itália e na França, foi possível aumentar o emprego não agrícola em áreas rurais: respectivamente 63% e 52% (cf. OCDE, 1988 *in* Lowe *et al.* 1997). É neste quadro que poder-se-á integrar o papel das associações¹⁶ e demais entidades locais. Porém, não é possível entender o lugar das associações sem enquadrá-las em problematização da relação entre sociedade e Estado. É usual, em escritos de diverso enfoque doutrinário, a distinção entre a sociedade (civil) e o Estado, mas os conteúdos apostos a esta distinção divergem logo à partida. Santos (1994) ao debater o projecto da modernidade, considera este como o resultado de uma disputa entre o pilar da regulação e o pilar da emancipação, situando as diversas perspectivas teóricas em torno da sua posição perante esses pilares. Deste modo, a teoria política (neo)liberal tende a sustentar um equilíbrio entre um poder estatal e uma sociedade civil analisada como um bloco compacto e monolítico, composta de cidadãos livres e autónomos, os quais, sendo detentores de (auto)reflexão e (auto)responsabilidade, expressam através do voto democrático a prevalência da soma dos indivíduos sobre a comunidade que tende a ser relegada ou inclusivamente menosprezada.

Numa direcção teórica mais organicista e, por tanto, diferente da estritamente liberal, Durkheim (1977) analisa a relação entre sociedade e Estado, relevando a importância mediadora dos corpos intermédios justamente para concatenar e ligar os indivíduos à sociedade e suas instituições. Entre esses corpos intermédios relevam, para além da família, a escola, a corporação profissional, também outras formas de associação cujo objectivo consistirá em favorecer a integração dos indivíduos na sociedade. Não se poderá, de facto, entender a proposta durkheimiana da função positiva das associações sem compreender o fundo teórico e ideológico do próprio Durkheim (1977) quando confrontado com os conflitos emergentes da sociedade industrial e moderna procura uma resposta teórica de sustentabilidade da solidariedade orgânica – a divisão do trabalho social com a interdependência funcional das diversas profissões e tarefas – e uma resposta moral e política para a crescente perda do papel da crença e da religião como factor integrativo dos indivíduos. Numa tentativa de terceira via teórico-ideológica entre o liberalismo e socialismo, o associativismo durkheimiano é mais de ordem corporativo e integrativo que crítico ou contestatório. Por sua vez, a valorização durkheimiana sobre a importância das relações de proximidade insere-se na sua estratégia de reforçar a consciência colectiva e evitar situações anómicas e desintegradoras que deixem o indivíduo só perante o Estado.

A Associação, constituindo uma das expressões de maior vitalidade nas sociedades, é, por regra geral, caracterizada por se distinguir de outras que surgem independentemente da vontade dos indivíduos tais como a família ou a classe social. Na esteira de alguns sociólogos clássicos como Weber (1978), a associação é, em regra, apresentada como (*i*) organização de um grupo de pessoas com objectivos comuns,

¹⁶ Segundo o Novo Dicionário de Sociología organizado por Mitchell, Associação – o termo descreve quer um processo quer uma entidade. O processo diz respeito a vários indivíduos que interagem para um fim específico ou para uma série de objectivos. A entidade é uma organização de indivíduos que se mantêm juntos em virtude de um conjunto de regras por todos reconhecidas que regulam o seu comportamento recíproco em ordem a um fim específico ou a uma série de objectivos.

ainda que de diversa natureza (económica, social, política, cultural, recreativa); (ii) que opera de modo independente ou autónomo perante o Estado; e (iii) na qual cada um dos membros adere numa base voluntária.

Autores como Laville (1995) têm sublinhado de tal forma a componente volitiva da associação que, vista como “forma de vida em sociedade que bebe a sua essência no agrupamento de regime livre, para além de consciente”. A convenção desta definição de associação, designadamente no segundo e no terceiro elementos, deve ser reequacionada, pois a diversidade e a heterogeneidade das associações relativamente às pessoas, aos recursos e aos objetivos é um dos traços marcantes deste complexo de fenómenos.¹⁷ Assim, se é certo que historicamente as associações têm sido criadas, na maior parte dos casos, à margem do Estado, outras têm surgido articuladas ou dependentes das próprias instituições (para)estatais, o que de resto se verifica cada vez mais em processo de incorporação.

A “crise rural” é para vários autores consequência simultânea de diversos factores tais como (i) os modelos económicos aplicados nas décadas passadas que privilegiavam os sectores secundário e terciário, geralmente sediados nos centros metropolitanos; (ii) a estrutura económica e social rural e a sua diferente capacidade de adaptação aos processos de desenvolvimento e (iii) as reacções de intercâmbio económico entre campo e cidades e entre o agrário e o conjunto da economia (Leal 1996).

Embora com dificuldade de redefinir-se e com “falta de argumento”, em termos de multifuncionalidade dos espaços (Leal 1996), o mundo rural requer especial atenção no sentido de perspectivar novas formas de desenvolvimento sustentável. Tal só será possível mediante a preservação dos territórios, do património natural e cultural diferenciado e a fixação das populações, contrariando, na medida do possível, o declínio demográfico e económico das áreas rurais Molinero (in Baptista, 2003). Por outro lado, o modelo urbano industrial dominante, comportando os processos acima referidos, tem reservado ao espaço rural certas “funções externas”¹⁸, que implicam a transferência de poderes de decisão económica e política dos campos para os centros de gestão e planificação da esfera industrial, comercial e financeira numa lógica de domínio do *campo* pela *cidade* (Almeida 1977, Pinto 1985, Baptista 2003).

¹⁷ O maior ou menor grau de liberdade é dependente da natureza e grau de recurso. Por exemplo, na formação de um sindicato operário a liberdade de associação é relativamente livre do ponto de vista formal, mas em termos substantivos há um maior ou menor grau de constrangimento que se prende com a necessidade de organização para a defesa de seus interesses e direitos. A temática do associativismo, sobre a qual vão sendo produzidos alguns trabalhos de mestrado e de doutoramento como pioneiros (Monteiro 2004).

¹⁸ As funções externas foram sistematizadas em quatro *itens*, nomeadamente, função de fornecimento de bens alimentares às populações e de matérias primas a indústrias localizadas a jusante da produção agrícola, reserva de força de trabalho a outros sectores produtivos, a dinâmica político-ideológica das formações sociais, a reserva de espaço físico e, por último, a de “guardião” único (e último) da natureza (Almeida 1977, Pinto 1985)

Como já referido anteriormente, desde os anos 70 que se têm vindo a debater as questões relacionadas com o crescimento económico, as suas externalidades para as economias e regiões periféricas e os efeitos de desigualdades sociais e regionais.

Recentemente o meio ambiente rural e, em geral, o mundo rural tem conhecido um estado de abandono e uma situação marginalizada, tornando-se cada vez mais difícil de continuar a satisfazer as funções tradicionais em termos produtivos, embora em diferentes ritmos e configurações, próprio de cada território (Baptista, 2003). Por outro lado, as contradições do modelo industrial dominante acabaram por reforçar o seu papel de reserva de espaço físico, numa perspectiva de ordenamento de território. Ou seja, se no passado foi reserva para o espaço industrial e urbano, hoje tornou-se também espaço para reserva ecológica, patrimonial e cultural, cabendo-lhe por excelência a função de *guardião da natureza*, mas com elevado preço: a perda considerável do seu papel económico e social.

Tal como refere Capucha (1996), sendo a pobreza um dos resultados dos processos de desenvolvimento, nas áreas rurais “recuadas”, as tendências actuais de transformação de lazer e da procura turística e de valorização do património e da qualidade ambiental, podem constituir uma oportunidade para o desenvolvimento de regiões rurais mais desfavorecidas. Mas, não sendo um factor suficiente para o desenvolvimento local sustentável, impõe-se a sua articulação com outros, no qual as cooperativas e associações locais podem jogar um papel relevante, desde que não sejam simples instrumentos de poderes exógenos, mas apresentem capacidade organizativa e estratégia de desenvolvimento na qual as populações sejam actores colectivos.

3. As entidades inquiridas: caracterização socio-demográfica

Nesta rubrica irei dar conta dos resultados do inquérito aplicado às 176 entidades – umas mais de carácter oficial e institucional, outras de cariz mais associativo ou comunitário –, possibilitando-me fornecer um retrato em termos descritivos e, na medida do possível, interpretativos e analíticos, do estado da situação e, em especial, das percepções e representações dos seus responsáveis sobre as necessidades, os problemas e as aspirações, quer dos seus associados, quer dos utentes, destinatários ou beneficiários das suas funções e actividades consoante o respectivo tipo de entidade do ponto de vista jurídico-político e social.

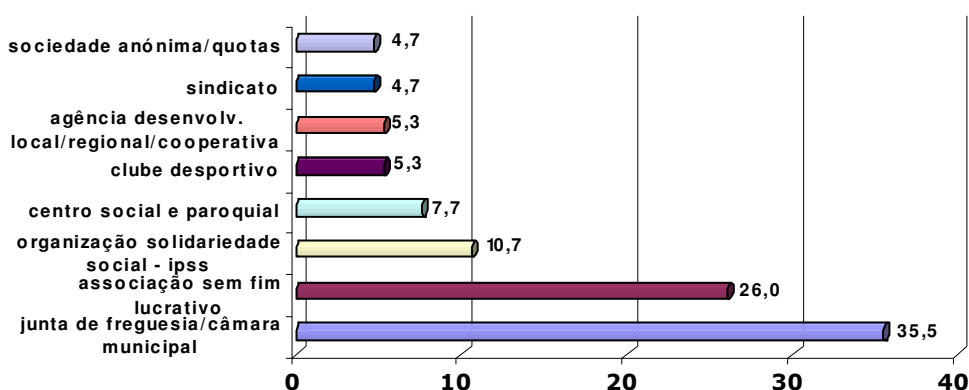
Uma das questões prévias que se pode colocar é a da classificação das entidades inquiridas, o que obriga a um esforço de tipologização das mesmas, tendo em conta que a amostra nesta investigação é mais ampla que a categorização em associações. Dada a diversidade de tipos de associações em Portugal¹⁹ importará emprender classificações ou tipologias que poderão pautar-se por vários critérios.

¹⁹ Em Portugal, as estatísticas – de resto incompletas até ao início dos anos 80 – só a partir de 1993 começam a registar e dar conta da variedade de associações, verificando-se a partir daí uma diminuição das associações sindicais e a emergência de outras tais como as ambientais, passando de 83 (com

3.1 Entidades: natureza jurídica, infraestruturas e equipamentos

A fim de obter um retrato o mais aproximado possível da realidade das instituições inquiridas, começarei por mapear a distribuição dos tipos de instituições quanto à sua natureza jurídica, que nos é dado pela gráfico 1:

gráfico 1: natureza jurídica das instituições (%)



Fonte: Inquérito às Instituições

Associação sem fim lucrativo engloba: associações sem fim lucrativo; associações recreativas sem fim lucrativo; associações culturais e recreativas sem fim lucrativo; associações institucionais humanitárias; associação juvenil e grupo musical não registado.

Centro social e paroquial engloba: centro social e paroquial; cooperativa; paróquia; congregação missionária; grupo coral; associação de fiéis de índole religiosa.

Organização solidariedade social – ipss engloba: organização não governamental; organização solidariedade social; organização não governamental sem fins lucrativos.

Tal como se pode verificar pelo gráfico 1, os três principais tipos de instituições abordadas e respondentes foram as juntas de freguesia, para além da Câmara Municipal, com 35,5%, seguidas das associações sem fins lucrativos com 26% e organizações de solidariedade social mais conhecidas usualmente por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

99.538 associados) em 1993 para 135 (com 155.778 associados) em 1998 (cf. Rodrigues 1995 e Monteiro 2004).

Um outro sector que tem conhecido um aumento de organizações e instituições de cariz não lucrativo são as IPSS que aumentarão duas vezes e meia numa década, passando de 1464 em 1987 para 3458 em 1998 (DGAS *in* Monteiro 2004). Por fim, no que concerne às associações culturais e recreativas, os dados do INE apontam para a existência de 3266 associações e cerca de um milhão de associados no país, com maior incidência no norte e no centro mas com maior densidade de associados no Alentejo. Comparativamente a outros países europeus, o índice de 19% de adesão associativa é bastante mais baixo em Portugal, tendo a adicionar o facto de que a maior parte se limita a ser associado passivo.

Com efeito, em primeiro lugar, surgem as Juntas de freguesia. De facto, a entidade que, em primeira instância e por imperativo legislativo, consagrado constitucionalmente e na diversa legislação sobre poder local, releva, para além do papel mais proeminente da Câmara, é a Junta de freguesia que está encarregada da defesa dos interesses e resolução de problemas relativos a infraestruturas, equipamentos sociais e culturais, para além de outras funções de atendimento mais personalizado aos cidadãos residentes na sua freguesia. Donde, as suas funções estão, do ponto de vista jurídico, previamente definidas, embora a sua implementação adquira diversas variantes e matizes conforme a dinâmica (ou ausência dela) imprimida pelos próprios detentores dos respectivos cargos e sobretudo pelo funcionamento da Assembleia de Freguesia que, sendo o órgão de decisão por excelência, numa parte considerável de casos ou não funciona como tal ou funciona de modo muito deficitário. Com efeito, a Junta de freguesia, na esteira de práticas do passado, acaba por ser o órgão mais visível e mais operacional e assim é visto pelas populações, sem entrar agora em linha de conta o grau de concordância de uns ou a discordância de outros cidadãos com as suas práticas políticas, a maior ou menor transparência de critérios e métodos, assim como de realizações concretas.

Em segundo lugar, surgem, de modo expressivo, com 26% as associações sem fins lucrativos, cuja natureza jurídica está também consignada no enquadramento legislativo com as suas especificidades, entre as quais o facto de a sua constituição e adesão ser suposta surgir dum acto voluntário de adesão por parte de cada sócio. As associações constituem escolas de vivências e sinais claros de vitalidade democrática duma sociedade e de preenchimento de funções úteis à mesma, sem tomar agora em consideração a sua diversificada estrutura e dinâmica de baixa, média ou alta intensidade.

Por fim, também em consonância com outros estudos, são também relevantes as organizações de solidariedade social (IPSS) que, na maior parte dos casos, funcionam e operam na dependência ou em articulação com entidades religiosas, mormente eclesiásticas com destacado predomínio da Igreja Católica. Por isso, a sua importância percentual de 11% pode subir para cerca de 19%, se a estas adicionarmos os centros sociais e paroquiais, embora estes possam assumir outras funções mais de cariz eclesiástico e político local na óptica dos seus promotores eclesiásticos, sendo amiúde nomeados por estes numa estrutura vertical e hierocrática e, como tal, pobre em densidade democrática. A par da natureza privada mas sem fins lucrativos, por parte das IPSS – que aliás predomina –, estas instituições assumem um carácter suplementar aos organismos estatais no âmbito da segurança social, da saúde e da educação, sobretudo na aprendizagem na fase pré-escolar com os chamados ATL e outras actividades de relevo para os cidadãos utentes ou beneficiários.

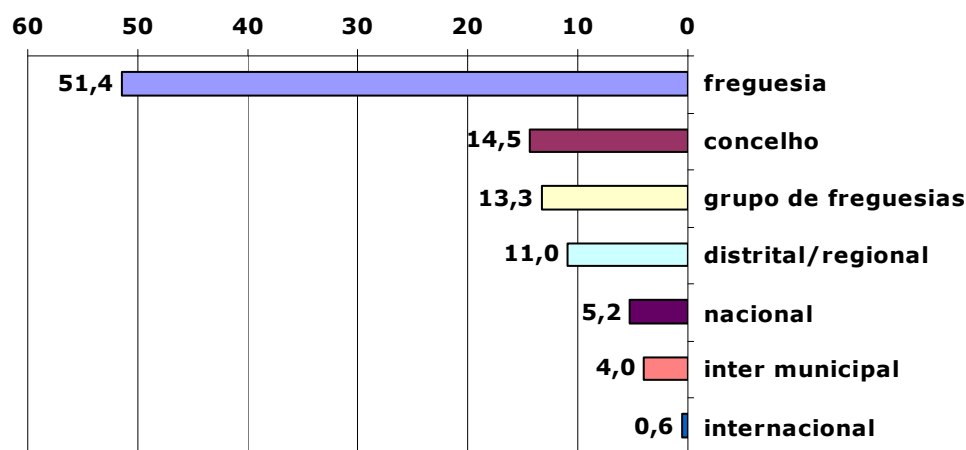
Num outro patamar menos expressivo mas não desprezável situam-se, por um lado, os clubes desportivos autosubsidiados e/ou institucionalmente apoiados, nomeadamente pela Câmara Municipal (5,4%), cuja actividade lúdica é regulada pela legislação associativa e desportiva. Constituindo uma das modalidades associativas, mesmo quando restritas a uma modalidade desportiva – geralmente o futebol –, não deixa

de ser relevante na vida das comunidades locais nas suas funções manifestas de lazer, a que se associam competências com certo despique interlocal mas não raro também com uma função latente de reforço da identidade e coesão social. Por outro lado, em termos sectoriais, são também de salientar os sindicatos que, igualmente previstos em sede constitucional e na diversa legislação relativa ao campo laboral e de negociação com entidades patronais e com o Estado, constituem importantes organismos de defesa dos interesses dos trabalhadores nos mais diversos sectores. No seguimento dos sindicatos como organizações e movimentos de teor sectorial, são também indicadas com 5% as cooperativas e os organismos de desenvolvimento local e regional, já com um carácter mais transclassista e de forte cunho de identidade local.

Por fim, embora residuais e com pouco significado em termos percentuais, são de referir as sociedades anónimas ou por quotas (3,6%) que, acrescidas das associações patronais (1,2%), perfazem 4,8%, também previstas e tipificadas no Direito Comercial e das Obrigações, como instrumentos legais para o investimento, traduzível, senão em desenvolvimento, pelo menos em crescimento económico, ainda que orientados, nomeadamente as sociedades anónimas ou por quotas para a obtenção do lucro.

Relativamente à área geográfica de actuação destas instituições ou entidades, elas operam a diversos níveis, cuja distribuição se pode ver pelo gráfico 2:

Gráfico2: Área geográfica (%)



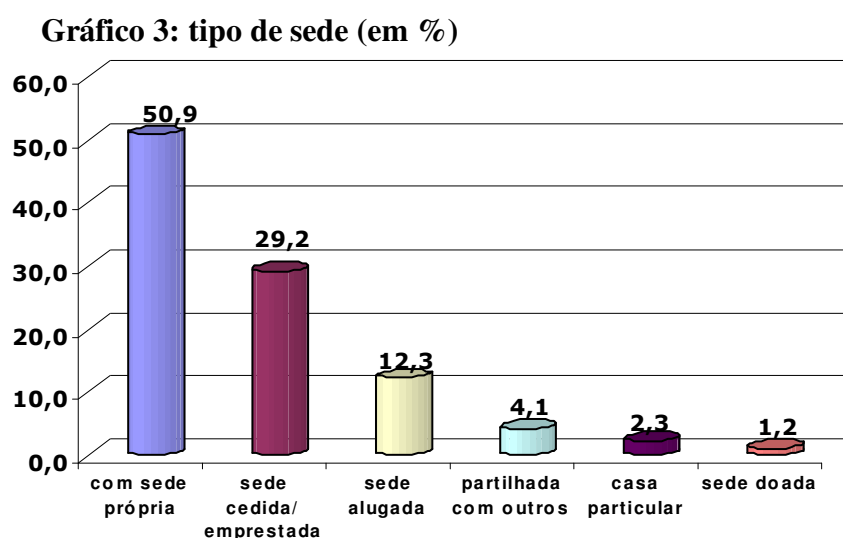
Fonte: Inquérito às Instituições

O gráfico mostra que o perímetro geográfico de actuação situa-se, com largo domínio de 64,7% ao nível da freguesia e conjunto de freguesias circunvizinhas, podendo ainda estender-se, com algum significado ao nível municipal (14,5%), elevando-se assim a 79,2%. O raio de acção a nível intermunicipal, com pouca expressão (4%), é todavia reforçado, se integrarmos o nível distrital e sobretudo regional (11%), somando no total 15%. Adicionando a esta percentagem a área de actuação nacional e, residualmente, a internacional, obtemos uma taxa de 22,8% que, detendo alguma expressão, é largamente minoritária em relação ao raio de actuação a

nível local e municipal, o que é de resto compreensível não só pelo seu carácter e objectivos como pelo volume e tipo de recursos disponíveis.

Tal, como mostrarei mais adiante, quer alguns autarcas, quer dirigentes de algumas associações são de parecer que o raio de acção das entidades ocupadas com o desenvolvimento e bem-estar social deveria ser mais amplo geograficamente por razões de economia e eficácia, como refere um dirigente associativo: “*Eu sou apologista a de que se construa algo bem feito e outras freguesias se sirvam também...desde que o Município assuma*”...

Quando questionados os representantes das instituições a que título, do ponto de vista económico e jurídico, se poderia caracterizar a sua sede, foram obtidas as seguintes respostas traduzidas no gráfico 3:



Fonte: Inquérito às Instituições

Mais de metade das sedes era propriedade das instituições, dos membros ou sócios da respectiva entidade – independentemente da origem da sua aquisição por via pública, privada, associativa ou cooperativa –, pressupondo-se uma transacção. Levando em consideração os casos de doação, elevam-se para 52,1% as sedes próprias ou com título de propriedade, podendo identificar-se como pessoas colectivas com sede própria como bem colectivo.

Uma outra parte também significativa das instituições inquiridas mediante a informação prestada pelos respectivos responsáveis – ou algum deles, designadamente membro da Direcção –, respondeu estar a sua sede cedida ou emprestada (29.2%), casos estes que, somados aos que a detêm por aluguer ou arrendamento (12,3%), se eleva a 41.5% de casos em que não são detentores da sede, em termos jurídicos, configurando eventualmente situações de dependência ou de agravamento de custos para funcionamento corrente. São, por fim, diminutos ou insignificantes os casos de sedes que são propriedade camarária (2.4%) ou dos próprios centros paroquiais (3%).

Um aspecto interessante de pesquisa é o de saber em que medida as Juntas de freguesia têm ou não sede própria e em que condições. Pelo que foi possível apurar, parte considerável das Juntas de freguesia do concelho de Barcelos, embora com razões e motivações diferenciadas, ainda não têm sede própria com infraestruturas e equipamentos funcionais e dignos.

Uma parte significativa de autarcas locais vive numa relativa passividade, ocupando-se das tarefas administrativas da Junta como um prolongamento das actividades domésticas, empresarias ou profissionais, procurando não se incomodar reivindicando ou reclamando junto do Presidente da Câmara a quem se limitam, por sua vez, a “*pedir pequenos favores ou arranjos*” básicos.

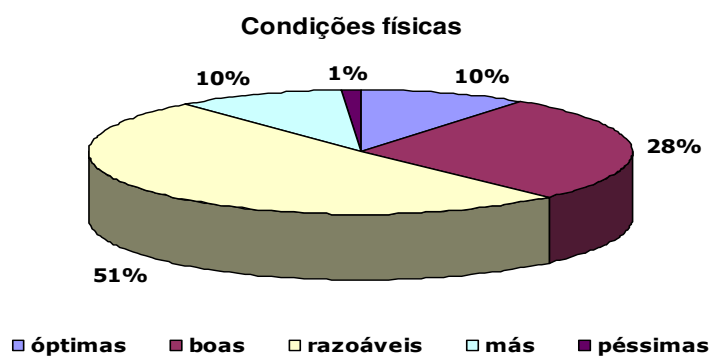
“Não há crianças, a escola primária só tem 17 alunos. A falta de população (jovens e crianças) faz com que não se possa exigir muito à Câmara Municipal. E a maior parte dos idosos tem a família por perto” (Presidente de Junta de freguesia)

Também, por exemplo, a freguesia de Encourados não tem sede, denotando todavia uma atitude mais crítica face à situação:

“A freguesia nunca teve sede. Quando ganhamos as eleições, isto – um edifício muito precário – foi cedido à Junta, mas estamos a pagar uma renda nestas condições...como vê. Nós somos os parentes pobres da política, é uma maneira de nos manter na mão... (tesoureiro da Junta de freguesia).

No que concerne as condições físicas das sedes ou instalações das instituições, estas, através dalgum dos membros da Direcção, deram as respostas consignadas na gráfico 4:

gráfico 4: condições físicas das sedes



Fonte: Inquérito às Instituições

Deixando de lado os 6.3% de não respondentes, ligeiramente mais de metade (51,5%) dos respondentes declarou que as condições físicas das suas sedes eram razoáveis, ficando-se numa avaliação intermédia e distribuindo-se as restantes avaliações entre condições consideradas “boas” ou “óptimas”, somando estas um total de 38%, a que se contrapunham noutro pólo 11% apreciações das condições físicas das sedes como “más” ou “péssimas”.

Ainda interligados com as infraestruturas da sede e respectivas instalações, os dados recolhidos por inquérito permitem-nos aquilatar da presença/ausência de determinadas infraestruturas e divisões possibilitadoras (ou não) de implementação de determinados projectos e iniciativas:

Quadro 1: Sedes: divisões e infraestruturas

divisões/infraestruturas	Válidas (em nº e em %)					sem informação				Total
	Tem (nº)	%	Não tem	%	sub-total	não sei	%	nr	%	
Sala de convívio	70	49,3	72	50,7	142	2	1,1	32	18,2	176
anfiteatro/ sala de espectáculos	37	27,4	98	72,6	135	1	0,6	40	22,7	176
Sala(s) de reuniões/actividades	139	89,7	16	10,3	155	1	0,6	20	11,4	176
Espaço de exposições próprio	46	35,1	85	64,9	131	3	1,7	42	23,9	176
Snack(bar)	38	27,5	100	72,5	138	1	0,6	37	21,0	176
Espaço recreativo/(poli)desportivo	28	20,7	107	79,3	135	2	1,1	39	22,2	176
Cozinha	34	25,2	101	74,8	135	1	0,6	40	22,7	176
Duches colectivos	27	20,3	106	79,7	133	2	1,1	41	23,3	176
casa de banho	125	86,2	20	13,8	145	1	0,6	30	17,0	176
água corrente	128	85,9	21	14,1	149	1	0,6	26	14,8	176
esgotos rede pública	67	47,9	73	52,1	140	2	1,1	34	19,3	176
Esgoto sist. particular (fossa séptica)	72	57,1	54	42,9	126	5	2,8	45	25,6	176
Electricidade	152	97,4	4	2,6	156	1	0,6	19	10,8	176
Aquecimento	42	30,7	95	69,3	137	1	0,6	38	21,6	176
Jardim	54	39,4	83	60,6	137	1	0,6	38	21,6	176
Quintal/horta	17	13,1	113	86,9	130	2	1,1	44	25,0	176
Outra										
salas de aula	2	40,0	3	60,0	5	0	0,0	171	97,2	176
espaços de lazer	1	50,0	1	50,0	2	0	0,0	174	98,9	176
garagem	1	100,0	0	0,0	1	0	0,0	175	99,4	176

Fonte: Inquérito às Instituições

Uma primeira nota a reter é que, no tocante às mais diversas divisões e infraestruturas, entre 20 a 50 instituições no total de 176 não responderam sobre a posse ou não posse dessas infraestruturas, mas não invalida que possamos fazer uma avaliação no que respeita às restantes e retirar algumas ilações com base nos dados obtidos dos respondentes. Destes, uma elevada percentagem possui, além das condições básicas como água corrente, casa de banho, sala de reuniões e electricidade respectivamente na ordem dos 86% a 97%; outras condições infraestruturais igualmente básicas como esgoto em rede pública ou em sistema particular (fossa séptica), aquecimento ou outras importantes relativas ao convívio e à realização de actividades como cozinha, *snack* bar, sala de estar/convívio, sala de espectáculos, jardim situam-se numa posição intermédia entre os 25% e 49% e, por fim, já com menor expressão, duches para uso colectivo, polidesportivo e quintal ou horta entre os 13% e os 20%. Donde, em termos de infraestruturas, podemos considerar que existem situações diferenciadas, embora as

condições básicas ou mínimas estejam presentes na maioria dos casos, havendo uma parte considerável que têm outras condições necessárias para a realização de certas actividades e, por fim, só uma minoria tem condições mais vantajosas que as demais.

Igualmente importantes são os equipamentos das instituições, de modo a tornar operacional e minimamente agradável o funcionamento das instituições (cf anexo1). Entre os equipamentos mais utilizados nas sedes das instituições ressaltam o computador (80%) e o telefone (73%), seguindo-se, em posição intermédia, entre 59% e 39%, a fotocopiadora, o fax, a internet, a televisão, a rádio, a aparelhagem de som, o vídeo, digitalizador de imagem; e, em menor percentagem mas com alguma expressão, entre 34% e 18%, outros equipamentos tais como fogão, aspirador, arca congeladora, máquina de lavar loiça, máquina de lavar roupa, máquina de secar roupa; e, por fim, apenas uma minoria de instituições possui alguns equipamentos mais caros tais como máquina de filmar, tv-cabo, ar condicionado, aquecimento central e a lenha na ordem dos 16% a 8%.

3.2. A vida nas instituições e sua composição sócio-demográfica

Nas instituições e, em particular nas entidades colectivas, uma componente básica da sua vida é formada pelos próprios sócios, associados ou beneficiários que são a principal razão de ser da sua existência, funcionamento e objectivos. O quadro 2 dá-nos a distribuição e a classificação das instituições em função do número de sócios:

Quadro 2: número de sócios por instituição

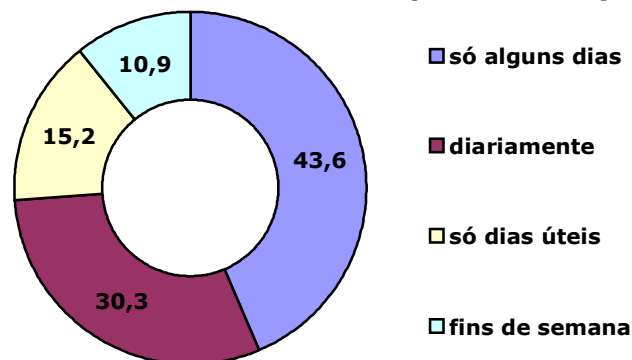
	N	%
1 a 50	17	23,6
51 a 100	6	8,3
101 a 200	9	12,5
201 a 500	18	25,0
501 a 1000	10	13,9
> 1000	12	16,7
subtotal	72	100
sem informação	104	59,1
total	176	

Fonte: Inquérito às instituições

O volume total de sócios, associados ou membros das organizações, é de 133.737 e a distribuição do número de sócios, associados ou cidadãos beneficiários, são dependentes da natureza e dos objectivos de cada instituição ou entidade colectiva: desde pequenas com 1 a 50 sócios (23,6%), passando por outras com composição intermédia de 51 a 200 sócios (20,8%), até outras maiores e largamente maioritárias com mais de 200 sócios (55,6%), das quais 16,7% possuem mais de 1000 sócios. Estas últimas têm como base um público mais alargado, tratando-se ora de instituições camarárias ou outras, ora de cidadãos pertencentes a certas unidades territoriais como as freguesias, cujos órgãos deliberativo e executivo são respectivamente as Assembleias e as Juntas de Freguesia. A média destas unidades ou entidades colectivas é de 1857, a mediana de 250 e a moda de 530.

Um outro sinal denotativo do grau de vitalidade das entidades colectivas é, uma vez obtida e assegurada a existência de sede como infraestruturas de actividades, a frequência ou periodicidade da abertura das sedes, a qual se resume no gráfico 5:

Gráfico 5: abertura da sede: periodicidade (%)

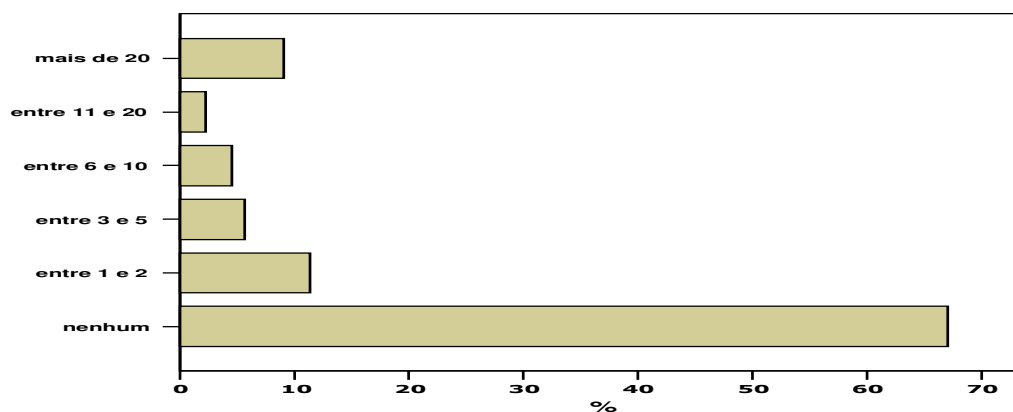


Fonte: Inquérito às instituições

Salvo casos residuais de sedes que abrem apenas aquando das reuniões e situações excepcionais e os casos em que estão abertas ou só em dias úteis (15,2%) ou só fins de semana (10,9%) – o que prender-se-á com a natureza e finalidade da instituição –, a grande maioria abre “só alguns dias” (43,6%) na semana. Esta modalidade, quando somada às sedes que abrem “diariamente” (30,3%), faz elevar para 73,9% as sedes abertas – uma frequência expressiva e, à partida, sintomática duma considerável vitalidade das instituições e sobretudo associações existentes, descontando obviamente o relevante dado de uma parte das mesmas é institucionalmente obrigada a estar aberta.

Um prerequisite importante para a sustentabilidade das instituições reside nos recursos humanos disponíveis ora a tempo inteiro ora a tempo parcial, para além dos voluntários. Começando pelos funcionários, empregados ou trabalhadores a tempo inteiro, o gráfico 6 oferece-nos os seguintes dados:

Gráfico 6: funcionários a tempo inteiro (em %)

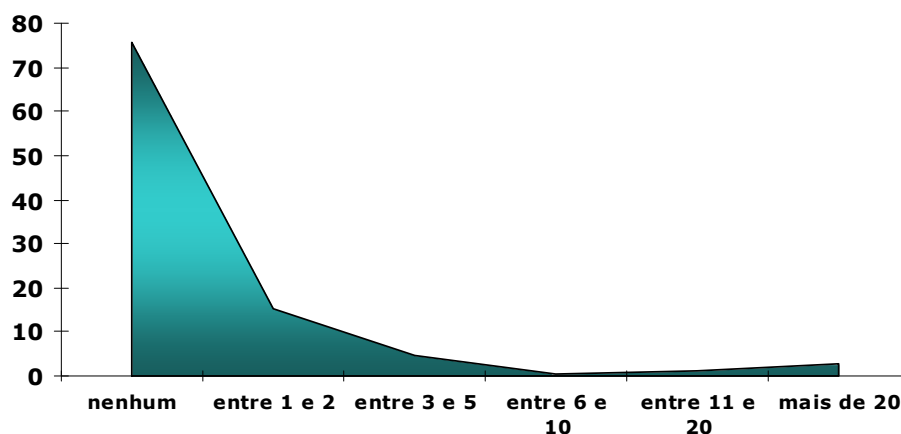


Fonte: Inquérito às instituições

Como se pode inferir do gráfico 6, dois terços das instituições não têm nenhum funcionário, o que mostra que a maior parte, cerca de 68%, vive de voluntários ou está bastante inactiva. De resto, à excepção de 11,4% que possuem mais de 10 funcionários – tratando-se de instituições de maior dimensão como sejam câmaras ou outras entidades com determinado volume de capital, as restantes 21,6% não ultrapassam os 10 funcionários – das quais 11,4% têm entre um a dois funcionários.. Em suma, a média de funcionários a tempo inteiro é de 1,91 e a mediana é de 1.

Considerando agora os funcionários ou trabalhadores a tempo parcial, a ausência ou presença é-nos dado pelo gráfico 7:

Gráfico 7: funcionários a tempo parcial (%)



Fonte: Inquérito às instituições

Se a esmagadora maioria das instituições não tinha qualquer funcionário ou trabalhador a tempo inteiro, no que concerne os trabalhadores a tempo parcial a percentagem sobe a 76%. Entre os restantes 24%, salvo 2,8% que tem mais de 20 funcionários a tempo parcial, as demais não ultrapassam os 10 funcionários, concentrando-se em 15,3% os que podem contar com um a dois funcionários a tempo parcial. A média dos funcionários a tempo parcial situa-se nos 1,45 funcionário a tempo parcial e a mediana em 1 funcionário a tempo parcial por instituição, sem que isto deva obnubilizar que a grande maioria, incluindo a maior parte das Juntas, como foi referido, não tem qualquer funcionário nem sequer a tempo parcial, o que fragiliza de modo acentuado as instituições e inibe o desenvolvimento das suas actividades.

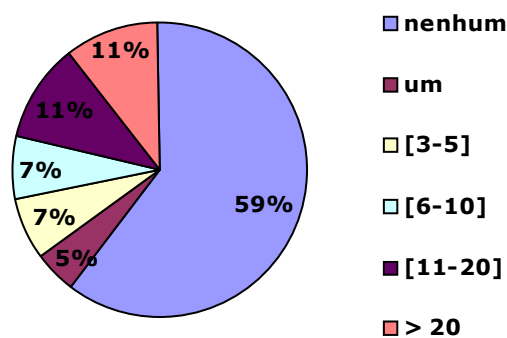
Neste conjunto de trabalhadores a tempo parcial poderemos englobar os membros das Juntas de freguesia que, não sendo propriamente funcionários, exercem a tempo parcial algum trabalho de atendimento a residentes para efeitos de alguns assuntos de teor burocrático, como veremos. Neste aspecto será importante retermo-nos na profissão ou actividade exercida pelos membros da Junta de freguesia, em particular os seus presidentes. Dos nossos contactos e entrevistas realizadas pudemos constatar

que, sobretudo nas freguesias urbanas e periurbanas e com presença de empresários, profissionais liberais e/ou profissionais qualificados, surgem com mais frequência empresários ligados a construção civil, à indústria têxtil ou a outros negócios. Há também a assinalar a frequente presença de emigrantes regressados como membros da Junta.

A actividade na Junta é vista como garantia de acesso a determinados favores por parte dos eleitores e, por parte dos detentores dos cargos, como uma oportunidade de aumentarem o seu prestígio e poder social e, por fim mas não menos importante, como instrumento e veículo de obtenção de vantagens pessoais ou familiares nos meandros administrativo-políticos da Câmara.

O défice de funcionários a tempo inteiro e a tempo parcial só em parte é compensado pela mão de obra de voluntários que emerge numa simbiose de elementos de cariz tradicional e moderno. No quadro das velhas formas sociais de interacção em trabalho comunitário, tais acções de entajuda apresentavam-se eivadas de relações não só simétricas como assimétricas e inclusive com um carácter patriarcal e de subalternização da mulher. Como prolongamento dessas relações de cariz mais tradicional ou como forma de expressão de solidariedade orgânica, em termos durkheimianos, os voluntários nas instituições e associações, tal como o gráfico 8 o evidencia, apresentam uma taxa considerável.

Gráfico 8: número de voluntários por instituição/associação

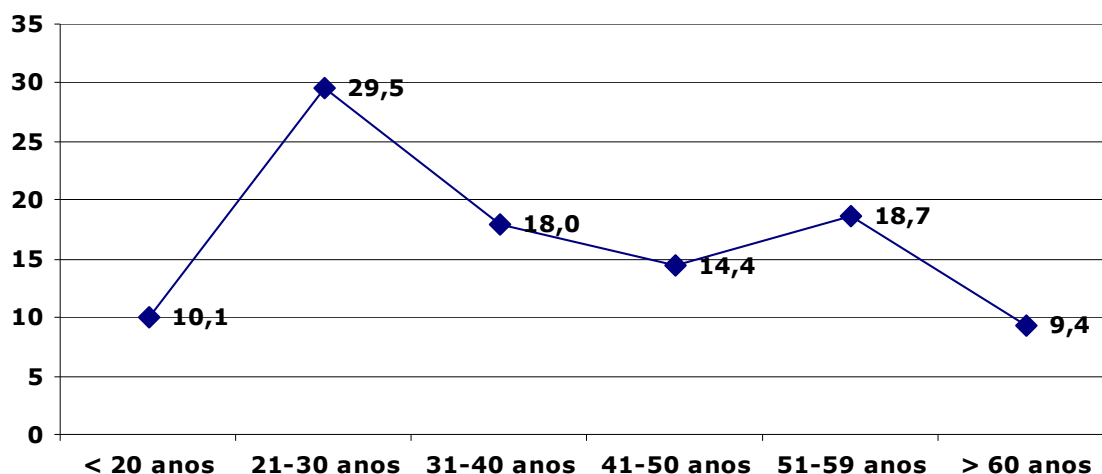


Fonte: Inquérito às Instituições

O que ressalta, em primeiro lugar, é que 59% das instituições não têm nenhum voluntário. A contrabalançar, de modo significativo, esta ausência de voluntariado, surge 22% que tem mais de 10 voluntários, destacando-se, entre estas, cerca de 11% que consegue mobilizar mais de 20 voluntários. Entre estes dois pólos há cerca de 18% que tem entre um a dez voluntários (cf. quadro 8).

Englobando voluntários dos sexos masculino e feminino obtemos a seguinte distribuição de voluntários por escalões de idade:

Gráfico 9: distribuição dos voluntários por escalões de idade (em %)



Fonte: Inquérito às Instituições

Procurando fazer a leitura do gráfico, o maior grupo de voluntários situa-se entre os 21 e 30 anos, seguindo-se em percentagens aproximadas os escalões de 31-40 e 51-59 e, com percentagem próxima, o escalão de 41 a 50 anos, tendo menor expressão os extremos: 10% na faixa com menos de 20 anos e 9,4% com mais de 60 anos.

3.3 Instituições/associações: inventário de necessidades e problemas

Uma vez caracterizadas as instituições nas suas infraestruturas e nos equipamentos, assim como a sua vida social e caracterização sócio-demográfica dos sócios e sobretudo das instituições/associações, seus órgãos, funcionários a tempo inteiro, a tempo parcial e os voluntários, passamos a analisar os vários tipos de necessidades e problemas que as instituições-alvo de inquérito enfrentam.

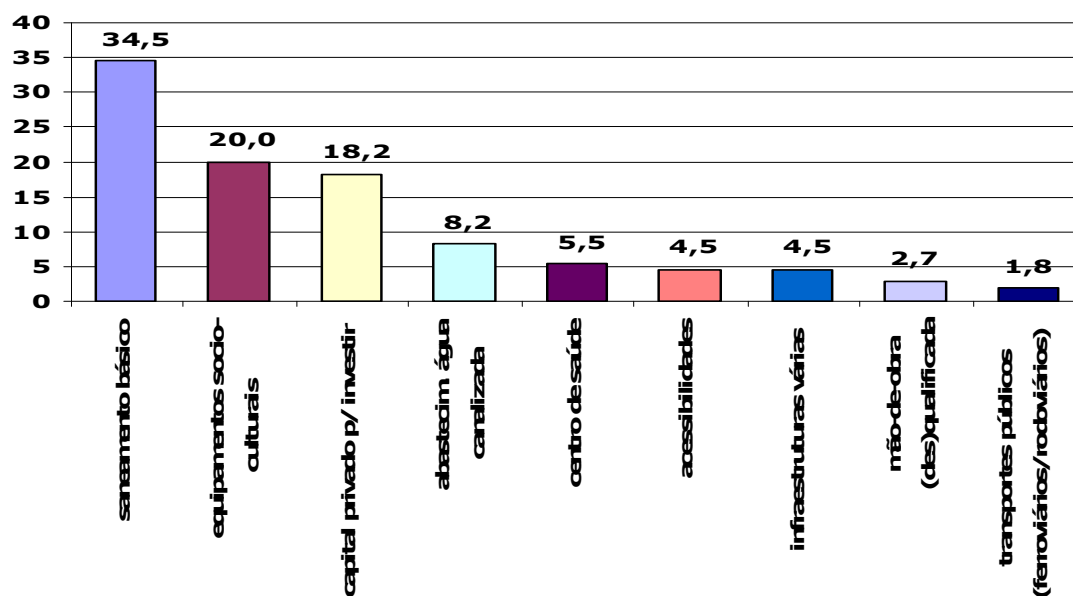
3.3.1 Necessidades e sua hierarquização: percepções e representações

Para tal solicitámos que os representantes das instituições hierarquizassem as necessidades, dando conta da primeira necessidade na óptica dos respondentes.

Tal como o gráfico 10 evidencia, a primeira necessidade sentida por 34,5% dos respondentes aponta para a necessidade de saneamento básico seguida da falta de equipamentos sócio-culturais e, em terceiro lugar, de ausência de capital privado para investir. A falta de saneamento básico penaliza as freguesias rurais, sendo as mais afastadas da sede concelhia as que são afectadas e confrontadas com este problema. O mais surpreendente é que eventuais projectos de condução de água para servir as populações a partir da empresa “Águas do Cavado” não vão a par de projectos de saneamento, quando se impunha a coordenação das instituições para implementar estas duas infraestruturas, de modo a reduzir custos de abertura de estrada para colocar os

canos e equipamentos necessários a ambos objectivos. O abastecimento da água referido apenas por 8% não é assim tão premente, como o alegam diversos testemunhos como o presidente da Junta: “o mais necessário pra esta freguesia...é o saneamento básico...a água nem tanto porque temos águas boas...”.

Gráfico 10: necessidade primeira segundo instituições (em %)



Fonte: Inquérito às Instituições

Segue-se, em segundo lugar, como registo de primeira necessidade a falta de equipamentos sócio-culturais, indo ao encontro de várias referências de diversos presidentes de Junta e responsáveis de associações. Todavia, há, contudo, a referir as percepções de alguns presidentes de Junta que, ou estão completamente alheados ou não exprimem qualquer preocupação a este respeito: uns por desmazelo ou irresponsabilidade, outros porque advogam outras soluções que não passam por visões paroquialmente autocentradas, tal como alguns dos testemunhos recolhidos junto de presidentes de Junta o manifestam.

Segue-se, em terceiro lugar, a falta de capital para investir (18%), respostas estas denotativas da percepção – de resto mais orientada para a lógica liberal sobre as potencialidades do mercado – de que será esta a solução para os problemas, o que, sendo um factor importante, não será certamente substituto da necessária prioridade do investimento público para fazer face a estes e outros problemas. Embora num patamar intermédio, é referida a necessidade de abastecimento de água canalizada (8,2%) e, já em percentagens menos significativas, entre 5,5% e 2% questões diversas desde o centro de saúde, passando pelas acessibilidades, transportes públicos e infraestruturas

várias até à falta de mão de obra ora qualificada ora desqualificada conforme as situações.

Com efeito, é com base na necessidade de afectar terrenos para construção que vários presidentes das Juntas, pressionados pelos seus conterrâneos vizinhos e eleitores, exigem não raro a revisão do PDM no sentido de incrementar a licença para construção, alegando amiúde a necessidade de albergar e fixar na freguesia jovens casais.

Em vez de preocupação sobre a habitação social, releva o papel de mediadores, dos quais alguns presidentes da Junta, os quais funcionam também como mediadores políticos e de pressão de particulares junto da Câmara acerca de transacções de compra/venda de terrenos para efeitos de construção de infraestruturas, imobiliária ou equipamentos.

Tentando agora elaborar de modo agregado um quadro geral da existência, ou não e em que medida, de infraestruturas, equipamentos sócio-culturais e outros bens e serviços susceptíveis de satisfazer as diversas necessidades expostas na sequência exposta pelos respondentes, foi possível elaborar um quadro (cf anexo 2).

Nas necessidades elencadas surgem como mais prioritárias e em falta numa margem entre 86% e 65% de respostas as que se prendem com centro de informação/loja do cidadão, saneamento básico, centro de lazer, capital privado para investimento, habitação social, equipamentos desportivos, equipamentos de apoio aos idosos, actividades juvenis, equipamentos sócio-culturais, jardins e parques públicos, abastecimento de água. Num segundo patamar entre 60% e 35% os respondentes exprimem, para além da ausência de capital privado para investimento, a falta de caixa multibanco, passagem/passeio para peões, espaços verdes, escola C+S, infraestruturas várias, farmácia, transportes públicos ferroviários, cabine telefónica, acessibilidades, transportes públicos rodoviários, jardins infantis e ATL's. Por fim, num terceiro patamar, salvo a falta de mão de obra qualificada referida por 19%, os demais *itens* são mencionados mas numa escala insignificante ou residual entre 6% e 0.6%: a falta de escola do ensino básico, o apoio a desempregados, donativos, a sede de junta, piscina.

Tal como pudemos comprovar, enquanto há freguesias que têm algumas das necessidades infraestruturais mais básicas satisfeitas, outras, sobretudo mais periféricas à cidade, estão privadas delas, sendo o abastecimento de água e sobretudo o saneamento as mais prementes. Se as primeiras puderam passar a exprimir e a ver satisfeitos outros tipos de necessidades, as segundas, embora comecem a ter algumas respostas mas incompletas, desordenadas e sobretudo dependentes das capacidades e iniciativas locais mas, em geral, não integradas num plano global mais eficiente.

3.4 Os problemas e sua gravidade: percepções e representações

Centrando-nos agora nos problemas, importa, antes de mais, apresentar uma radiografia geral a sobre (in)existência de problemas e, entre os identificados, sobre a

avaliação do grau da sua gravidade, mais uma vez na óptica dos inquiridos enquanto representantes das instituições/associações, o que nos é dado pelo quadro 3:

Quadro 3: problemas e grau de gravidade

Problemas	não existe		pouco grave		grave		muito grave		sub-total	s/inf.		Total
	n	%	n	%	N	%	n	%		n	%	
Analfabetismo	11	7,6	108	75,0	21	14,6	4	2,8	144	32	18,2	176
insucesso escolar	10	6,9	90	62,5	39	27,1	5	3,5	144	32	18,2	176
Pobreza	12	8,2	99	67,8	32	21,9	3	2,1	146	30	17,0	176
tráfico de droga	63	46,0	49	35,8	18	13,1	7	5,1	137	39	22,2	176
Desemprego	16	11,3	81	57,0	33	23,2	12	8,5	142	34	19,3	176
Alcoholismo	17	11,8	83	57,6	36	25,0	8	5,6	144	32	18,2	176
violência familiar	41	29,3	79	56,4	16	11,4	4	2,9	140	36	20,5	176
Toxicoddependência	59	42,8	46	33,3	24	17,4	9	6,5	138	38	21,6	176
Delinquência	59	43,7	59	43,7	16	11,9	1	0,7	135	41	23,3	176
baixos salários	10	6,8	59	39,9	61	41,2	18	12,2	148	28	15,9	176
Habituação	19	13,1	85	58,6	33	22,8	8	5,5	145	31	17,6	176
Saúde	18	13,2	90	66,2	25	18,4	3	2,2	136	40	22,7	176
formação/educação	14	10,1	78	56,1	41	29,5	6	4,3	139	37	21,0	176
baixa prodttividade	15	10,8	77	55,4	41	29,5	6	4,3	139	37	21,0	176
abandono da agricultura	23	15,9	58	40,0	49	33,8	15	10,3	145	31	17,6	176
ambiente/poluição	28	20,4	63	46,0	36	26,3	10	7,3	137	39	22,2	176
inexistência associação/clube	72	56,7	43	33,9	8	6,3	4	3,1	127	49	27,8	176
défice vivência democrática	54	41,2	48	36,6	21	16,0	8	6,1	131	45	25,6	176
Passividade agentes económicos	20	14,9	60	44,8	45	33,6	9	6,7	134	42	23,9	176
incapacidade de associar-se/reivindicar	20	15,4	63	48,5	33	25,4	14	10,8	130	46	26,1	176
Burocracia	24	18,3	58	44,3	30	22,9	19	14,5	131	45	25,6	176
falta tecnologia de Ponta	11	8,4	45	34,4	51	38,9	24	18,3	131	45	25,6	176
falta de mão-de-obra	20	14,6	59	43,1	43	31,4	15	10,9	137	39	22,2	176
ausência de políticas/apoio institucional	15	11,5	46	35,1	45	34,4	25	19,1	131	45	25,6	176
descentralização política e económica	1	33,3	1	33,3	0	0,0	1	33,3	3	173	98,3	176

Fonte: Inquérito às Instituições

Dada a dispersão das respostas, importa reter como aspectos positivos, além da existência de associação/clube, a não existência, segundo os respondentes na ordem dos 43% a 57%, de problemas de tráfico de droga, a toxicoddependência e a delinquência. Estas respostas, expressivas numa boa fatia de respondentes, não são por si só e globalmente tranquilizadoras, uma vez que há uma outra parte de respondentes em similar percentagem que consideram haver problemas desde o pouco grave – que se distribuem de modo aproximado por diversos *itens* – passando pelo grave (formação/educação e baixa produtividade, insucesso escolar, desemprego, o alcoholismo, problemas de saúde), até ao muito grave, nomeadamente os baixos salários e o abandono da agricultura, falta de tecnologias de ponta e ausência de políticas e apoio institucional.

Se alguns presidentes de Junta consideram que estes problemas são imputáveis aos próprios cidadãos (por exemplo, “não querem trabalhar”) outros denotam uma verdadeira preocupação com os problema nomeadamente o (des)emprego e a precariedade, nomeadamente da juventude: “Hoje outro problema é o emprego

precário, a necessidade de emprego...Os jovens saem da escola e é um problema obter emprego...”

Se procuramos detectar os problemas considerados muito graves em ordem decrescente, teremos a ordenação, tal como o quadro 4 o evidencia:

Quadro 4: problemas identificados como *muito graves* – ordem decrescente

Problemas	muito grave	
	N	%
pobreza/desemprego/baixos salários	33	13,9
inexistência associação/clube	27	11,3
ausência de políticas/apoio institucional	25	10,5
falta tecnologia de Ponta	24	10,1
burocracia	19	8,0
comportamento “desviante”: alcoolismo, toxicodependência, delinquência	18	7,6
Abandono da agricultura	15	6,3
falta de mão-de-obra	15	6,3
Educação: analfabetismo/insucesso escolar	15	6,3
ambiente/poluição	10	4,2
défice vivência democrática	8	3,4
Habitação	8	3,4
tráfico de droga	7	2,9
baixa produtividade	6	2,5
violência familiar	4	1,7
Saúde	3	1,3
descentralização política e económica	1	0,4

Fonte: Inquérito às Instituições

Como os quatro primeiros problemas considerados muito graves sobressaem a pobreza/desemprego e os baixos salários como primeiro *item* agregado (14%), em segundo lugar, a inexistência de associações ou clubes (11%), em terceiro lugar, a ausência de políticas/apoio institucional (10,5%) e, em quarto lugar, a falta de tecnologia de ponta (10%). Entre 8% e 4% são referidos a burocracia, o comportamento desviante, o abandono da agricultura, a falta de mão de obra, o analfabetismo e insucesso escolar, a poluição ambiental; e, por fim, em percentagens bastante mais baixas, a habitação, o tráfico de droga, a baixa produtividade, a violência familiar, a saúde e a descentralização política e económica e, por fim, ainda que de modo pouco significativo, o défice democrático.

Como se pode ver, numa sociedade de aparência, importa a uns esconder-se e a outros manter o mais discretamente as situações de pobreza, assim como aos instalados convém não ser incomodados com o problema ou, se existe, remetê-lo para a responsabilidade individual do próprio ou para a etérea ou inócua ‘pobreza de espírito’ e, implicitamente, enquanto entidade ou instituição, desresponsabilizar-se.

Do quadro exposto se pode concluir que, para além de certas necessidades e défices no atinente a equipamentos sociais e culturais, os problemas mais graves são os que se prendem com a pobreza e a exclusão social por parte de alguns grupos sociais mais

vulneráveis e sem capacidade de enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais excludente.

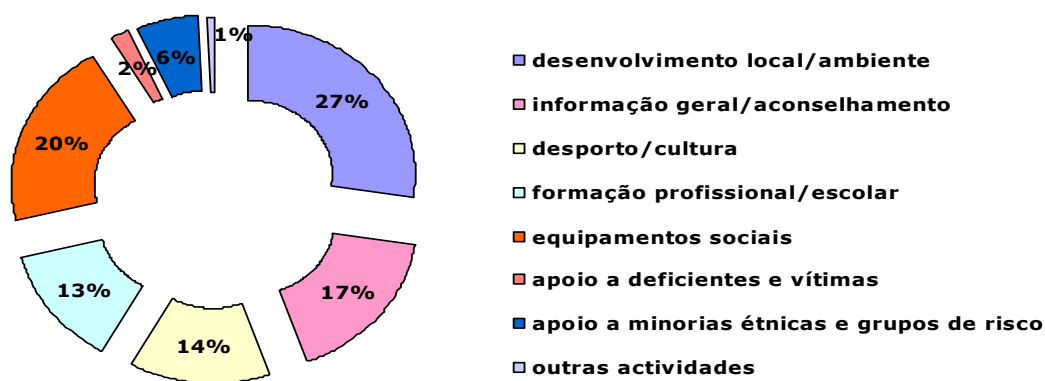
4. O local e o global: actividades, identidades e desenvolvimento local

O móbil central dos diversos tipos de organizações – umas mais institucionais e mesmo oficiais e outras mais de tipo associativo, cooperativo ou mesmo em base de parceria público-privada ou mesmo apenas privada – consiste, assumindo os princípios programados por si assumidos e sem assumir agora a necessidade de confrontar a retórica com as práticas, em orientar as suas actividades e correlativas valências em benefício dos cidadãos, a começar pelos associados e outros em situação de carência.

4.1 Autarquias e colectividades: actividades e valências

Neste campo importa fazer um registo das actividades levadas a cabo pelas organizações/associações, bem como as valências por elas asseguradas. Com base nas respostas dadas, foi elaborada em informação agregada ao gráfico 11:

Gráfico 11: actividades/valências (em %)



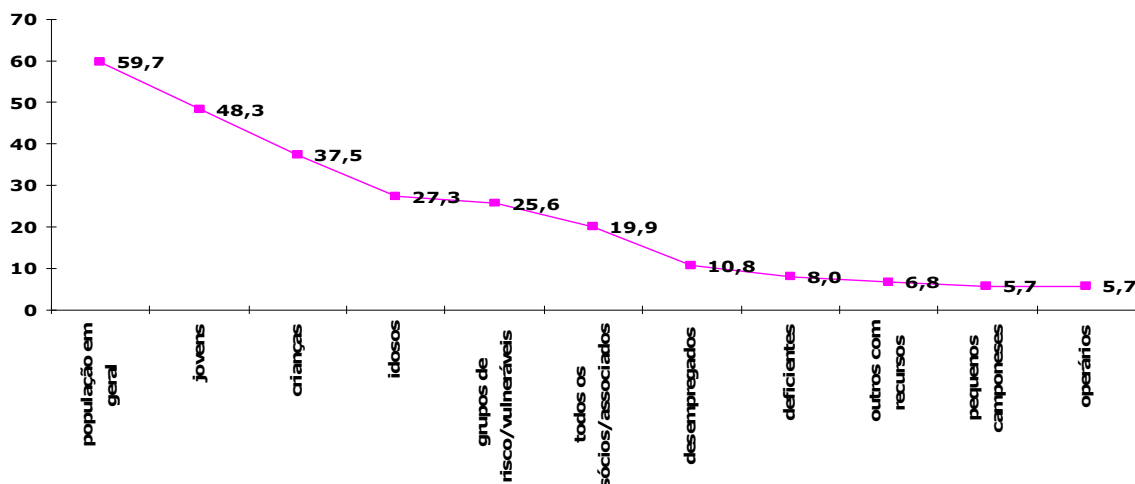
Fonte: Inquérito às Instituições.

*Na resposta “outras actividades” estão incluídas o socorro e a prevenção, a emergência pré-hospitalar, o apoio jurídico, o voluntariado europeu, o apoio aos fiéis, a educação cristã, a vivência fraterna, irmãs franciscanas convento,

Agregando os vários *itens* de respostas, as actividades e valências praticadas pelos diversos tipos de entidades visam o desenvolvimento local com simultânea preocupação com o ambiente (27%), seguido de uma outra centrada no fornecimento de equipamentos sociais (20%), passando pela prestação de informação e aconselhamento (17%), desporto e cultura (14%), formação profissional e escolar (13%), até ao apoio a minorias étnicas e grupos de risco (6%) e apoio a deficientes e vítimas (2%).

Procurando saber quais os destinatários de diversas actividades/valências que vão sendo implementadas pelas autarquias ou outras instituições/associações locais, foi possível dar conta da distribuição das valências pelos diversos destinatários:

Gráfico 12: Destinatários das actividades/valências (em %)



Fonte: Inquérito às Instituições

Tal como se pode comprovar pelo gráfico 12, é apontada, em primeiro lugar, a população em geral como primeira beneficiária (60%) e, por grupos sectoriais, são referidas, em taxas mais significativas, três categorias – os jovens (48%), as crianças (38%) e os idosos (27%) – e, de modo transversal, os próprios sócios ou associados. Os jovens e sobretudo as crianças no ATL são os principais grupos objecto de intervenção em diversas localidades, nomeadamente em Escolas, Casa do Povo, Centros Sociais e Centros Paroquiais.

Porém, é também necessário assinalar, como se pôde entrever dos 52% sem actividades de apoio e de várias entrevistas a responsáveis de Juntas de freguesia e de outras instituições ou associações, que, para além da ausência de apoios a idosos, não existem infraestruturas e equipamentos sócio-culturais para adolescentes e jovens, verificando-se mesmo a incapacidade de os ‘reter’ no perímetro da aldeia.

Como grupos ou entidades intermédias destinatárias e beneficiárias das actividades das instituições/associações, no intervalo entre os 11% e os 3% surgem os desempregados, os deficientes, os pequenos camponeses, os operários e outros trabalhadores assalariados e, em particular, imigrantes e grupos étnicos desfavorecidos, famílias monoparentais, veteranos de guerra, alcoólicos, órfãos, toxicodependentes e seropositivos e outros grupos vulneráveis e em risco.

Por fim, questionadas as instituições sobre o modo como actuam em prol da promoção do desenvolvimento local e tendo sido solicitado a cada instituição/organização/associação que registasse, em opção, dois dos modos ou meios que

consideram como mais importantes para potenciar o desenvolvimento, foram obtidos os seguintes resultados:

Quadro 5: opções das instituições em prol da promoção do desenvolvimento local

	Opção 1		Opção 2	
	N	%	N	%
colabora c/ outras instituições	64	41,3	26	25,5
promove estratégia de desenvolv. Local	45	29,0	5	4,9
tem pouca capacidade de intervenção	29	18,7	36	35,3
colabora mas enquadrada e dependente de outras instituições	10	6,5	18	17,6
evita dependência financeira de outros	5	3,2	13	12,7
outra forma	2	1,3	4	3,9
sub-total	155	100	102	100
s/informação	21	11,9	74	42
total	176		176	

Fonte: Inquérito às Instituições

As formas mais correntes de promover o desenvolvimento consistem em primeira opção e segunda opção colaborar com outras instituições (respectivamente 41% e 26%), seguida de estratégia orientada para desenvolvimento local (29% e 5%), mas é reconhecida em primeira e segunda opção a incapacidade de intervenção (19% e 35%). Outras ainda colaboram mas mantêm-se dependentes de outras instituições (7 e 18%) e, por fim, num sentido diferente, valorizando a sua autonomia, manifestam não querer ficar reféns e/ou condicionadas da ajuda doutras instituições (3% e 13%). Por fim com residual significado são referidas por uma ou outra instituição outras formas residuais de apoio.²⁰

5. Conclusão

O modelo territorialista e correlativa perspectiva do desenvolvimento local apresenta algumas potencialidades. Apresenta-se como alternativa aos pressupostos quer de inspiração estrutural-funcionalista sociológico, quer do centro periferia de inspiração marxista e, deste modo, como uma tentativa de superar as duas posições extremas na explicação dos processos de (sub)desenvolvimento. Porém, os modelos localistas, sempre que tendam a menosprezar os factores exógenos, podem cair numa deriva localista sem capacidade explicativa da complexidade dos fenómenos no actual mundo globalizado. Daí, importa incorporar a perspectiva crítica da teoria do centro-periferia e, deste modo, ter presente, de modo realista, as limitações derivadas dos constrangimentos e impactos exógenos da actual globalização económica capitalista.

²⁰ Por exemplo, como primeira opção apoio aos fiéis (0,6) denotativa do carácter eclesíástico ou religioso da mesma, até outras como segunda opção: a ocupação de tempos livres de jovens (0,6%), promoção de estratégias de parcerias com associados (0,6%), promoção de manifestações culturais (0,6%) e convívio com o povo (0,6%).

Do ponto de vista estratégico pode dizer-se que o associativismo com as inerentes parcerias, quer seja no plano empresarial de promoção, com critérios de qualidade, apoiados por competência técnica, quer seja de índole endógena e/ou exógena, passando pela participação e envolvimento das gentes e recursos locais, é susceptível de constituir uma alavanca para o desenvolvimento local. Mas tal não é seguro nem automático, podendo constituir, como vimos, instrumentos de reprodução e até reforço do *statu quo*.

Como se depreende deste e doutros estudos, a agricultura para muitas áreas rurais não é a única nem sequer a principal base económica de sustento das populações nem é tida como o principal factor de desenvolvimento. Outras 'novas' oportunidades e opções vão sendo postas em prática, tais como o turismo rural com as várias modalidades, mas estas não devem ser descontextualizadas do desenvolvimento social.

Tendo em conta o processo de envelhecimento demográfico, as novas facilidades de mobilidade geográfica dos cidadãos, e o facto de certos segmentos da população mais jovem ser cada vez mais instruída e melhor informada que as gerações do passado, tais factores repercutir-se-ão também na procura e na oferta de diversidade de serviços a prestar a uma população que consumirá mais tempo de lazer.

Em todo o caso, o modelo territorista tem a vantagem de apontar, por um lado, para a necessidade de desconcentrar capital e demais recursos nos meios urbanos, de resto já congestionados e, por outro, para a criação de condições que tenham em conta as pessoas com menos recursos nas políticas de desenvolvimento, assumindo-as não apenas como simples beneficiários de políticas externamente decididas sem a informação e participação dos próprios, mas como parceiras activas desse desenvolvimento.

Bibliografia

- ALMEIDA, J.F.(1977), "Sobre monografía rural" in *Análise Social*, 52, 4:789-803, G.I.S., Lisboa.
- AMARO, R.R.(1991), "Lógicas de espacialización da economia portuguesa", in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 10:161-182.
- BAPTISTA, Fernando O.(2003), "Um rural sem território" in José Portela e João Castro Caldas(orgs), *Portugal Chão*, Lisboa, Celta .
- CAPUCHA, L.M.A.(1996), "Fazer render o belo – questões à volta do turismo e do desenvolvimento em zonas rurais recuadas", in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 21:29-46.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. (1970), *Dependência e Desarrollo na América Latina*, Rio de Janeiro:Zahar Editores.
- CRISTÓVÃO, A. (1997), "Mudam-se os tempos,... Mudem-se os modelos! Para a criação de novas formas de interacção entre investigadores, extensionistas e agricultores" in *I Simpósio: A Articulación entre Investigación e a Extensão na Agricultura*, Évora.

- CRISTOVÃO, A. *et al.* (1994), "Practises of endogenous development in Barroso, Northern Portugal", in J.D. van der Ploeg (eds), *Born from within: practise and perspectives of endogenous rural development*, Assen, Van Gorcum.
- DURKHEIM, Emile (1977), *A divisão do trabalho social*, Lisboa:Presença.
- FIGUEIREDO, E.V.S.(1988), *Portugal: que regiões?- Algumas propostas de delimitación regional para o Continente português*, Instituto Nacional de Investigación Científica.
- FRANK, A.G. (1961), *Desarrollo e Subdesarrollo*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- GIMÉNEZ, M. del M. G. (1996), "La red social como elemento clave del desarrollo local: el caso de los programas Leader de Castilla y Leon", in *Actas III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- HOSELITZ, B. F. (1982 [1953]), "Estrutura social e crescimento económico" in A. Figueiredo e C. Costa *Do subdesarrollo*, Porto: Afrontamento.
- HOVEN, R. van der; NUNES, M. H. (1996), *Desarrollo e Acción Local*, Lisboa: "Edições Fim de Século".
- HUISMAN, S. (1983), *Conjuntuur- en structuurtheorie: de dynamische aspecten van het productieproces*, Groningen: Wolters-Noordhoff.
- LAVILLE, Jean-Louis (1995), « De la genèse à la crise de l'État-providence », in *Lien Social et Politiques*, nº 33 : 37-46.
- LEAL, E.R.(1996), "De la Crisis a la Regeneración Rural", in *Actas do III Coloquio Hispano Português de Estudos Rurais*, Vol I:125-149, SPER, Lisboa.
- LENINE, V. [1971(1913)], *Imperialismo, estágio supremo do capitalismo*, Lisboa: Nosso Tempo.
- LIMA, L. C. (1986), *Associações para o Desenvolvimento no Alto Minho*, Viana do Castelo, Centro Cultural do Alto Minho.
- LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. (1997), "Redes en el desarrollo rural: más allá de los modelos exógenos y endógenos" in *Agricultura y Sociedad*, 82.
- MARQUES, Carlos P. e PORTELA, J.(1994) "Actividades tradicionais e emprego familiar no Montemuro: notas de reflexão sobre o desenvolvimento local" in *Gestão e Desenvolvimento*, nº 3:175-185.
- MONTEIRO, Alcides A. (2004), *Associativismo e novos laços sociais*, Coimbra, Quarteto.
- MORENO, Luís (2007), *Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*, Lisboa, e-book, acedido em 26/10/2007:
<http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?Module=Files/FileDescription&ID=557&lang=pt>
- MYRDAL, G. (1974[1957]), *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*, Rio de Janeiro:Edición Paz e Terra (em espanhol: *Teoría Económica y regiones subdesarrolladas*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- OCDE(1988), *New Trends in Rural Policy-making*, OCDE, Paris.
- PARSONS, T. [1988(1951)], *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.
- PORTELA, J.(2003) "Portugal-Chão: que futuro futurível" " in José Portela e João Castro Caldas(orgs), *Portugal Chão*, Lisboa, Celta .
- PÉREZ-YRUELA *et al.* (1994), "Desarrollo local y desarrollo rural: consideraciones teoricas", in *Fórum*, Sociedade Portuguesac de estudos Rurais (SPER).
- PINTO, J.M (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos- elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto, Edições Afrontamento.
- PUERTA, F. S. de, (1995), "Sociologia de la Agricultura y tecnologia agrária: Más allá de la simple consideración del agricultor" in *Comunicações ao III Congresso Hispano-Português de Estudios Rurales*. Lisboa, 19 e 20 de Maio.

- REIS, J.(1992), *Os espaços da indústria – a regulamentação económica e o desenvolvimento local em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- REIS, J. (1994), "O Desenvolvimento Local è Possível?" in *Forum*, Edições da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER).
- REYES, G. M.; LIZANA, A. G. e MORALES, A. F.(1995), “Distribución de la renta y crecimiento económico: el caso de Andalucía”, in *Cuadernos del I. D. R.*, nº 33, Sevilla, Instituto de Desarrollo Regional.
- RODRIGUES, E. (1995), Os novos movimentos sociais e o associativismo Ambientalista em Portugal, Coimbra, Oficina de CES, Caderno nº 60.
- ROSTOW, W. W. (1964[1960]), *Etapas do Desenvolvimento Económico*, Rio de Janeiro: Zahar Editores (em espanhol: *Las etapas del crecimiento económico*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- SANTOS (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento.
- SEERS, D. (1969), "O significado do desenvolvimento" in *International Development Review*.
- WALLERSTEIN, I. [1990(1974)], *O sistema económico mundial*, Porto, Afrontamento.
- WEBER, M.(1978), *Economy and Society*, California: University of California Press.

Anexos

Anexo 1: equipamentos nas sedes das instituições

Equipamento	% válidas					sem informação				Total
	tem	%	não tem	%	sub-total	não sei	%	Nº	%	
Frigorífico	70	50,0	70	50,0	140	0	0,0	36	20,5	176
máquina de lavar roupa	28	20,0	109	77,9	137	0	0,0	39	22,2	176
máquina de lavar louça	29	20,7	109	77,9	138	0	0,0	38	21,6	176
máquina de secar roupa	25	17,9	112	80,0	137	0	0,0	39	22,2	176
Fogão	46	32,9	91	65,0	137	0	0,0	39	22,2	176
aspirador	44	31,4	94	67,1	138	0	0,0	38	21,6	176
televisão	81	57,9	61	43,6	142	0	0,0	34	19,3	176
arca congeladora	44	31,4	95	67,9	139	0	0,0	37	21,0	176
Telefone	113	80,7	42	30,0	155	0	0,0	21	11,9	176
aquecimento a lenha	11	7,9	123	87,9	134	0	0,0	42	23,9	176
aquecimento central	14	10,0	121	86,4	135	0	0,0	41	23,3	176
ar condicionado	13	9,3	120	85,7	133	0	0,0	43	24,4	176
rádio	75	53,6	68	48,6	143	1	0,6	32	18,2	176
vídeo	57	40,7	84	60,0	141	0	0,0	35	19,9	176
aparelhagem de som (leitor de CD´s)	61	43,6	81	57,9	142	0	0,0	34	19,3	176
computador	127	90,7	31	22,1	158	0	0,0	18	10,2	176
tv- cabo	17	12,1	117	83,6	134	0	0,0	42	23,9	176
máquina de filmar/câmara digital	22	15,7	112	80,0	134	0	0,0	42	23,9	176
Internet	82	58,6	65	46,4	147	0	0,0	29	16,5	176
Fax	76	54,3	69	49,3	145	0	0,0	31	17,6	176
Fotocopiadora	83	59,3	58	41,4	141	0	0,0	35	19,9	176
digitalizador de imagen	52	37,1	80	57,1	132	0	0,0	44	25,0	176
Outro										
carrinha de 19 lugares	49	35,0	5	3,6	54	0	0,0	122	69,3	176

Fonte: Inquérito às Instituições

**Anexo 2: quadro geral com a média das quatro necessidades identificadas
(por ordem de frequência em números absolutos e em %)**

Necessidades	Falta		não falta		sub-total	s/inf.		total
	N	%	N	%		N	%	
saneamento básico	111	82,2	24	17,8	135	41	23,3	176
equipamentos desportivos	100	77,5	29	22,5	129	47	26,7	176
equipamentos de apoio a idosos	96	76,2	30	23,8	126	50	28,4	176
Centro de lazer	95	81,9	21	18,1	116	60	34,1	176
capital privado p/ investir	87	81,3	20	18,7	107	69	39,2	176
actividades juvenil	87	73,1	32	26,9	119	57	32,4	176
habitação social	87	79,1	23	20,9	110	66	37,5	176
equipamentos socio-culturais	86	72,9	32	27,1	118	58	33,0	176
Centro de informação/loja do cidadão	85	85,9	14	14,1	99	77	43,8	176
abastecimento de água	77	64,7	42	35,3	119	57	32,4	176
jardins e parques públicos	77	72,6	29	27,4	106	70	39,8	176
passagem/passeios para peões	62	58,5	44	41,5	106	70	39,8	176
Multibanco	62	59,6	42	40,4	104	72	40,9	176
mão-de-obra qualificada	58	58,6	41	41,4	99	77	43,8	176
infra-estruturas várias	58	51,8	54	48,2	112	64	36,4	176
Farmacia	56	51,4	53	48,6	109	67	38,1	176
Espaços verdes	53	52,0	49	48,0	102	74	42,0	176
Escola C+S	51	52,0	47	48,0	98	78	44,3	176
Centro de saúde	49	45,4	59	54,6	108	68	38,6	176
Cabine telefónica	49	47,1	55	52,9	104	72	40,9	176
Accesibilidades	46	46,5	53	53,5	99	77	43,8	176
Transp. públicos ferroviários	45	48,4	48	51,6	93	83	47,2	176
Transp. públicos rodoviários	40	37,4	67	62,6	107	69	39,2	176
Jardim infantil e ATL	40	35,4	73	64,6	113	63	35,8	176
mão-de-obra não qualificada	18	18,9	77	81,1	95	81	46,0	176
Escola do ensino básico	6	6,2	91	93,8	97	79	44,9	176
apoio a desempregados	3	4,4	65	95,6	68	108	61,4	176
capital (donativos)	1	1,1	94	98,9	95	81	46,0	176
sede de junta	1	0,6	172	99,4	173	3	1,7	176
Faltam piscinas	1	0,6	172	99,4	173	3	1,7	176

Fonte: Inquérito às Instituições